

NOME: RAFAELLA PEREIRA FRUJUELLE

TÍTULO: PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE PERANTE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O COMÉRCIO DIGITAL

AUTORES: RODRIGO GUILHERME TOMAZ, RAFAELLA PEREIRA FRUJUELLE, RODRIGO GUILHERME TOMAZ, RAFAELLA PEREIRA FRUJUELLE

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAPq

PALAVRA CHAVE: COMÉRCIO DIGITAL; CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR; VULNERABILIDADE

RESUMO

O Código de Defesa do Consumidor surge quando se é verificada a desigualdade na relação entre consumidor e fornecedor. O princípio da vulnerabilidade garante a proteção do consumidor sendo uma característica intrínseca a sua própria condição. Com a globalização e os avanços tecnológicos nas áreas de informação e comunicação verifica-se o crescimento do comércio digital, pois a busca se torna rápida e tem maior variedade de produtos e serviços. Podendo também conter desvantagens visto que nem sempre é possível comprovar a legitimidade da empresa e nem a veracidade do produto ou serviço oferecido.

O projeto se justifica uma vez que mesmo com os avanços de comunicação grande parte da população desconhece quais são os seus direitos quando se trata de comércio eletrônico já que é um campo novo de realização de transações. O consumidor fica dependente exclusivamente da boa-fé dos fornecedores gerando uma situação de desvantagem, já que não é possível ver o produto real antes de efetuar a compra.

A pesquisa visa verificar qual o nível de conhecimento dos consumidores quanto aos seus direitos na hora de adquirir produtos, para permitir uma visualização mais clara da situação serão utilizados dados obtidos analisando leis, decretos e dados do PROCON de Frutal. Utilizou-se o método científico da pesquisa bibliográfica na forma comparativa para melhor compreensão da realidade atual, sendo indutivo, priorizando o estudo doutrinário, as discussões relativas a pesquisa e os dados coletados. A investigação tem cunho qualitativo, com base na interpretação do pensamento das principais referências bibliográficas estudadas.

Possuindo apenas resultados parciais já foram analisadas as principais bibliografias, leis, decretos e jurisprudências, possibilitando a visualização parcial do déficit de conhecimento sobre o tema. Tendo como meta a análise dos documentos do PROCON visando reiterar de forma mais concreta os resultados parciais obtidos.